

## PARECER JURÍDICO

PAR/ASJUR/SECOMP Nº 020/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P061690/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019

Pedido de abertura de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço, por item, por demanda, para contratação de empresa especializada na locação caminhão caçamba de 12m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) para serviços de limpeza pública nas localidades e distritos do Município de Sobral, com motorista, combustível e todos os demais insumos por parte da Contratada. Exame de legalidade.

Recebido hoje.  
Vistos, etc.

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do Pregão Eletrônico nº 112/2018 visando a *“para contratação de empresa especializada na locação caminhão caçamba de 12m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) para serviços de limpeza pública nas localidades e distritos do Município de Sobral, com motorista, combustível e todos os demais insumos por parte da Contratada”*, conforme solicitação formalizada pela Secretaria de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos de Sobral.

Os autos foram encaminhados por e-mail para esta Assessoria Jurídica pela Central de Licitações – CELIC nesta data, dia 27 de fevereiro de 2018, para análise da documentação necessária para instrução processual e composição do processo de licitação, nos termos da legislação em vigor.

É o breve relatório.

Manifesto-me tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Quanto ao processo de licitação, verifico que o mesmo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no art. 38, *caput*, da Lei

MJ

nº 8.666/93. No mais, vê-se que o procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação.

A modalidade escolhida é o Pregão Eletrônico, prevista na Lei 10.520/2002 (lei que instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão), a qual entendemos ser perfeitamente cabível e até mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços e transparência dela decorrentes.

Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua aquisição no termo de referência, concluímos que se adequam perfeitamente aos fins dos interesses do Município de Sobral, não caracterizando qualquer desvio de finalidade na aquisição do material licitado.

Dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações ulteriores.

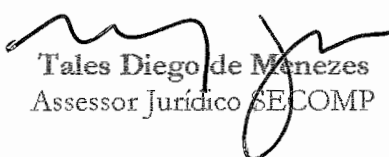
Além disso, o Edital de Pregão Eletrônico preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à minuta do contrato, verifica-se que a mesma atende às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e art. 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando, nos instrumentos, as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.

Diante do exposto, e sem que se faça necessária maior divagação, entendemos que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019-SECOMP.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Sobral (CE), 27 de fevereiro de 2019.

  
Tales Diego de Menezes  
Assessor Jurídico SECOMP